ISSN: 2358-8829

ENTRE VOZES, CUIDADO E INCLUSÃO: ESCUTA SENSÍVEL DE FAMILIARES E PROFISSIONAIS QUE ACOMPANHAM ESTUDANTES COM NEE NA RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA

Maria Darla Lopes da Mota [1]
Núbia da Silva Rodrigues Porto [2]
Emília Carvalho Leitão Biato [3]

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva vem se firmando como princípio orientador das políticas educacionais brasileiras, exigindo da escola práticas que reconheçam a diversidade e garantam a participação de todos os estudantes no processo educativo. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, acompanhar estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) depende da construção de relações colaborativas entre escola e família e da formação de profissionais capazes de escutar as experiências e narrativas de quem vive o cotidiano escolar.

Neste estudo, a expressão Necessidades Educacionais Específicas (NEE) é tomada em sentido amplo, em diálogo com marcos como a Declaração de Salamanca, que já reconhecia a possibilidade de qualquer estudante demandar, em algum momento da trajetória escolar, apoios pedagógicos diferenciados (Unesco, 1994), e com a legislação brasileira: a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (Brasil, 2009), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) e a Base Nacional Comum Curricular, que vincula o conceito ao princípio da equidade (Brasil, 2017).

Apesar desses avanços normativos, persistem desafios de comunicação, acolhimento e corresponsabilização entre profissionais da educação e familiares. Freire (1987) chama de cultura do silêncio o processo histórico pelo qual determinados sujeitos são mantidos fora dos espaços de fala e decisão; na escola, essa lógica tende a relegar famílias e educadores de estudantes com NEE a posições periféricas, mesmo sendo eles quem mais de perto acompanha

[1] Mestranda em Educação pela Universidade de Brasília – DF, darlamota@gmail.com;
[2] Mestranda em Educação pela Universidade de Brasília – DF, nubiarporto@gmail.com;
[3] Professora orientadora: doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso – MT, emiliacbiato@yahoo.com.br.

os efeitos cotidianos da inclusão. Para o autor, ensinar exige saber escutar (Freire, 1987, p. 43), premissa que orienta todo o percurso deste estudo.

Entende-se aqui a escuta sensível como postura ética e pedagógica de abertura ao outro, atenta às singularidades e aos sentidos que os sujeitos atribuem às próprias experiências (Barbier, 2007). Essa escuta não se confunde com técnica de coleta de dados: ela reconhece familiares e profissionais como produtores de conhecimento sobre a inclusão, não como meros informantes.

A pesquisa nasce do trabalho da autora principal como psicopedagoga clínica e institucional, atuação que evidenciou a falta de espaços permanentes de acolhimento e formação continuada voltados à escuta sensível na Educação Básica. Soma-se a essa motivação profissional uma justificativa social: o silenciamento recorrente de famílias de estudantes com NEE, sobretudo de mães e responsáveis, que seguem ocupando posição periférica nas decisões escolares (Freire, 1987; Portugal, 2021). Há também uma justificativa científica: deslocar o foco de estudos sobre inclusão do estudante isolado para a rede de relações que o cercam, tratando a escuta como fonte legítima de saber pedagógico.

Diante desse quadro, o problema que orienta a investigação é: de que modo a escuta sensível de familiares e profissionais dos anos iniciais do Ensino Fundamental que acompanham estudantes com NEE pode contribuir para a formação docente e para a transformação do ambiente escolar em uma perspectiva inclusiva?

Para respondê-lo, definiu-se como objetivo geral investigar como a escuta sensível das narrativas de familiares e profissionais da Educação Básica pode contribuir para a formação docente e para o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Esse objetivo se desdobra em metas específicas: compreender, a partir das narrativas de familiares e educadores, como se manifestam as vivências dos estudantes com NEE no ambiente escolar; analisar percepções e expectativas das famílias sobre a inclusão; compreender desafios vividos pelos profissionais da educação; identificar potencialidades da escuta sensível como ferramenta formativa; e propor estratégias de formação fundamentadas nessas narrativas, culminando em um produto técnico-educacional voltado ao fortalecimento do diálogo escola-família.

METODOLOGIA

A pesquisa assume abordagem qualitativa, fundamentada em perspectivas narrativas e colaborativas e articulada à abordagem otobiográfica inspirada em Derrida (1982), para quem

ISSN: 2358-8829

“é o ouvido do outro que assina [...] o que faz o texto acontecer” (Derrida, 1982, p. 50-51). Essa escolha reconhece que as experiências produzidas no contexto escolar não se constroem de forma isolada, mas no encontro entre sujeitos e trajetórias, e implica a pesquisadora no campo investigado, que constrói a compreensão com os participantes, não sobre eles.

O estudo está sendo desenvolvido em uma escola da rede privada de ensino do Distrito Federal, voltada aos anos iniciais do Ensino Fundamental, com estudantes de 6 a 10 anos identificados pela instituição como público-alvo de apoios pedagógicos diferenciados. A amostra é intencional e não probabilística, composta por três grupos: familiares ou responsáveis legais por estudantes com NEE, professores regentes e auxiliares que acompanham esses estudantes, e membros do corpo gestor responsáveis pela mediação inclusiva institucional. O número final de participantes e o encerramento da coleta serão definidos pelo critério de saturação teórica, quando novos relatos deixarem de trazer elementos inéditos à compreensão do objeto.

Os instrumentos de produção de dados combinam questionário sociodemográfico, entrevistas semiestruturadas individuais com duração estimada entre 40 e 60 minutos, e rodas de escuta coletivas, de caráter formativo e de acolhimento, registradas em ata estruturada. Após a transcrição integral dos áudios, os participantes recebem os textos de volta para leitura reflexiva, conferência de fidelidade e assinatura do Termo de Anuência de Conteúdo Narrativo, em consonância com a validação otobiográfica proposta por Derrida (1982).

O material qualitativo será submetido à Análise de Conteúdo Categorial Temática, nos termos propostos por Minayo (2014), conduzida diretamente pela pesquisadora, em três fases: pré-análise, com leitura flutuante e organização do material; exploração do material, com codificação e agrupamento em categorias temáticas; e tratamento dos resultados, com interpretação à luz do referencial teórico.

A pesquisa segue as Resoluções CNS nº 466/2012 e nº 510/2016, foi submetida à Plataforma Brasil e já obteve o parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília (CEP/CHS-UnB), além da autorização institucional da escola campo. O sigilo, a privacidade e o anonimato dos participantes e da instituição são assegurados pelo uso de pseudônimos, e informações capazes de identificar direta ou indiretamente estudantes menores de idade mencionados nas narrativas são anonimizadas já na etapa de transcrição, em cumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

ISSN: 2358-8829

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico que sustenta esta investigação articula três eixos: a inclusão escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a escuta sensível como dimensão da formação docente, e a relação entre família e escola como espaço de corresponsabilidade.

A inclusão escolar não se limita ao acesso e à permanência de estudantes com NEE na escola regular; ela implica transformar práticas pedagógicas, currículos e culturas institucionais, deslocando o foco da deficiência para as barreiras presentes no ambiente escolar. Foucault (2014b) serve aqui de lente sobre a normalização: exames e classificações organizam corpos e condutas, e ajudam a explicar por que a inclusão não se reduz à matrícula. Essa compreensão se amplia à luz do paradigma do cuidado de Portugal (2021), para quem a inclusão ultrapassa a dimensão técnica e se sustenta pela interdependência e pelo reconhecimento mútuo entre os sujeitos da comunidade educativa.

Nesse horizonte, a escuta sensível constitui, conforme Barbier (2007), atenção ética à singularidade do outro, que implica presença, abertura e reconhecimento das diferenças. Derrida (2009, p. 12) descreve como a linguagem é atravessada por uma inquietação que "só pode ser uma inquietação da linguagem e na própria linguagem" — formulação que ajuda a entender por que ouvir não é apenas receber informação, mas abrir-se à possibilidade de que a fala do outro desestabilize certezas já instaladas. Skliar (2019, p. 88) reforça que escutar o outro em sua diferença é exercício de alteridade, condição necessária ao encontro autêntico entre sujeitos.

Essa escuta tem papel formativo. Para Freire (1996), escutar e dialogar são atos políticos constitutivos da prática educativa; a esse respeito, o autor observa que o primeiro sinal de que quem fala sabe escutar é a capacidade de controlar não só a necessidade de dizer a própria palavra, mas também o gosto pessoal de expressá-la (Freire, 1996, p. 43). Ampliando essa perspectiva, entende-se que a escuta sensível pode deslocar o professor de uma postura transmissiva para uma postura investigativa e responsiva, capaz de ler o contexto e produzir mediações coerentes com as necessidades reais dos estudantes (Alcoforado, 2014; Felício; Silva, 2017; Machado, 2016).

A relação entre família e escola, por sua vez, só se sustenta como espaço de vozes e corresponsabilidade quando a escola reconhece as famílias não como apêndice do trabalho escolar, mas como sujeitos ativos, portadores de experiências e saberes legítimos (Portugal, 2007; 2021). Foucault (2014a) lembra que o discurso é controlado por procedimentos que

definem quem pode falar, o que ajuda a entender por que a voz de familiares e educadores é desqualificada, em diálogo com a cultura do silêncio em Freire (1987).

Esse debate conduz ao princípio do cuidar de quem cuida, que toma a inclusão escolar a partir das condições concretas dos sujeitos envolvidos. Inspirado na ecologia do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner (1979), o conceito reconhece o cuidado como prática social distribuída e atravessada por desigualdades (Portugal, 2021). Matsukura et al. (2007) mostram que mães de crianças com NEE apresentam níveis mais altos de estresse e acesso reduzido a redes de suporte, sobretudo em contextos de vulnerabilidade econômica; Biato (2020) adverte que discursos medicalizantes tendem a individualizar o sofrimento, deslocando para a família responsabilidades que são, na verdade, produzidas pelas próprias dinâmicas institucionais. Foucault (1985) converge com essa leitura ao tratar o cuidado de si como prática ética inseparável da relação com os outros, o que sustenta a ideia de que cuidar de quem cuida exige condições coletivas. Aqui, o autor é lente sobre a norma e o discurso, e não teoria do sujeito. Professores também adoecem e se sobrecarregam; famílias também lidam com a luta por direitos e a gestão cotidiana da rotina. Por isso, cuidar de quem cuida emerge como questão estruturante: a escola que cuida das crianças precisa cuidar também dos adultos que as acompanham.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por se tratar de pesquisa com protocolo já aprovado pelo CEP/CHS-UnB e coleta de dados em fase inicial, este trabalho apresenta resultados parciais, centrados na construção teórico-metodológica do estudo e nas categorias analíticas que orientarão o tratamento do material empírico, e não em achados definitivos sobre as narrativas de familiares e profissionais.

A partir do referencial adotado, antecipam-se três eixos de análise. O primeiro remete às vivências do estudante com NEE no cotidiano escolar, tal como relatadas por familiares e educadores: busca-se compreender, nessas narrativas, de que modo a relação entre ensino e cuidado, apontada por Portugal (2021), se manifesta ou se fragiliza nas rotinas observadas. O segundo eixo concentra-se nas percepções e expectativas das famílias quanto à inclusão, com atenção à distinção entre discurso institucional de acolhimento e prática efetiva, distinção já sinalizada por Freire (1987) ao tratar da cultura do silêncio. O terceiro eixo volta-se aos desafios enfrentados pelos profissionais da educação, particularmente às condições de trabalho e às redes

ISSN: 2358-8829

de apoio disponíveis, ou ausentes, para sustentar a escuta sensível no dia a dia escolar, em diálogo com a ecologia do cuidado de Bronfenbrenner (1979) e Portugal (2021).

A expectativa teórica, a ser confirmada ou revista à luz do material de campo, é de que a escuta sensível funcione menos como técnica adicional de coleta e mais como deslocamento ético na relação entre escola e família: o reconhecimento de familiares e profissionais como sujeitos de conhecimento, não como informantes a respeito de um estudante. Essa hipótese dialoga com a crítica de Skliar (2019) à inclusão reduzida ao acesso físico à escola e com a leitura foucaultiana sobre quem está autorizado a falar nos espaços institucionais (Foucault, 2014a).

Como desdobramento técnico-educacional do Mestrado Profissional, os dados em produção subsidiarão a construção de um espaço formativo integrado, voltado conjuntamente a familiares e a profissionais da educação, estruturado a partir das necessidades identificadas em campo, e não definido a priori. A expectativa é de que esse espaço funcione como lugar de formação continuada entre pares, reunindo família e escola num mesmo processo de acolhimento mútuo, tal como sugere Rinaldi (2012) e a própria lógica da dádiva proposta por Portugal (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou o percurso teórico e metodológico de uma pesquisa de mestrado profissional que investiga a escuta sensível de familiares e profissionais da Educação Básica no acompanhamento de estudantes com NEE nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Ao articular escuta sensível, cultura do silêncio e ecologia do cuidado, o estudo defende que a inclusão escolar não se resolve na matrícula, mas depende de relações sustentadas pelo diálogo e pela corresponsabilidade entre escola e família.

Por se restringir a uma única instituição do Distrito Federal, os resultados que emergirem da coleta não pretendem generalização; oferecem, antes, elementos para que outras escolas repensem seus próprios espaços de escuta. A continuidade da pesquisa permitirá verificar em que medida as narrativas de familiares e profissionais confirmam, deslocam ou contradizem as categorias teóricas aqui antecipadas.

Como contrapartida social e técnica do Mestrado Profissional, espera-se consolidar, a partir dos dados de campo, um espaço formativo permanente que una familiares e educadores em um mesmo processo de acolhimento e formação, fortalecendo a relação escola-família e

contribuindo para que a escuta deixe de ser gesto pontual e passe a integrar a cultura da instituição.

Palavras-chave: educação inclusiva, escuta sensível, formação docente, relação escola-família, necessidades educacionais específicas.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, Luís. Desenvolvimento, profissionalidade e formação continuada dos professores: possíveis contributos dos relatos autobiográficos profissionais. Educação, Santa Maria, v. 39, n. 1, p. 65-84, jan./abr. 2014.

BARBIER, René. A escuta sensível em educação. Tradução de Maria Luiza de S. Azevedo. São Paulo: Cortez, 2007.

BIATO, Emília Carvalho Leitão; LEÃO, Luís Henrique da Costa; MONTEIRO, Silas Borges. Uma leitura crítica sobre saúde-doença e suas noções. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 30, n. 4, p. 1-20, 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRONFENBRENNER, Urie. The ecology of human development: experiments by nature and design. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

DERRIDA, Jacques. A escritura e a diferença. Tradução de Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 2009.

DERRIDA, Jacques. O ouvido do outro: otobiografias, transferência, tradução. Tradução de Paulo Ottoni. São Paulo: Escuta, 1982.

FELÍCIO, Helena Maria dos Santos; SILVA, Carlos Manuel Ribeiro da. Currículo e formação de professores: uma visão integrada da construção do conhecimento profissional. [S. l.: s. n.], 2017.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014a.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 3: o cuidado de si. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014b.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MACHADO, Liliane Campos. (Re)configuração curricular no processo de formação de professores. Educação, Santa Maria, v. 41, n. 2, maio/ago. 2016.

MATSUKURA, Thelma Simões et al. Estresse e suporte social em mães de crianças com necessidades especiais. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 13, n. 3, p. 415-428, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PORTUGAL, Sílvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007. (Oficina do CES, n. 271).

PORTUGAL, Sílvia. Dádiva e cuidado: paradigmas para (re)pensar cidadania e políticas públicas. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2021.

RINALDI, Carla. Em diálogo com Reggio Emilia: escutar, pesquisar e aprender. Tradução de Marcelo Pimentel. Porto Alegre: Penso, 2012.

SKLIAR, Carlos. A escuta das diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2019.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Salamanca: UNESCO, 1994.